



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/SELOG/SR/PR/AM

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08240.009546/2021-48

ANEXO I - PREGÃO N. 01/2022
Processo: 08240.009546/2021-48

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços continuados de preparação e fornecimento, sob demanda, de refeições prontas de Café da Manhã, Almoço e Jantar, com logística de entrega para Custodiados sob a responsabilidade da SR/PF/AM, a ser entregue nas dependências da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO ANUAL (R\$)
1	1	Preparação e fornecimento sob demanda, com logística de entrega, de refeição pronta de CAFÉ DA MANHÃ.	Unidade	300	14,14	4.243,10
	2	Preparação e fornecimento sob demanda, com logística de entrega, de refeição pronta de ALMOÇO.	Unidade	300	26,07	7.820,77
	3	Preparação e fornecimento sob demanda, com logística de entrega, de refeição pronta de JANTAR.	Unidade	300	25,00	7.499,99
TOTAL						19.563,86

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum e continuado, tendo em vista que os seus padrões de desempenho e qualidade poderão ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, como definido no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002., c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço GLOBAL, podendo a Administração contratar até a quantidade total especificada na tabela acima, nos termos do item 1.2 deste instrumento.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II da Lei 8.666 de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares (Anexo ao Edital).

2.2. Tendo em vista a previsão da quantidade de unidade de fornecimento é previsível o gasto anual com a contratação que se pretende realizar.

2.3. Devido a existência de serviços de fornecimento de alimentação diferentes, optou-se pela divisão em itens e estes em Grupo de Itens, visando mais adequada representação da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Abrange a prestação do serviço continuado de preparação e fornecimento sob demanda de refeições prontas de CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO e JANTAR, com logística de entrega a pedido, a ser entregue na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas.

3.3. A Polícia Federal, para o cumprimento de suas atribuições, efetua prisões e, ainda, a depender do tipo de delito cometido, outras forças também conduzem detidos que ficam sob a guarda e tutela da SR/PF/AM;

3.4. Os custodiados supracitados permanecem encarcerados nas dependências desta Superintendência, de forma temporária, até sua condução a uma casa de custódia permanente ou até sua liberação, fazendo-se então necessário o fornecimento de alimentação para os mesmos pelo tempo que permanecerem sob a custódia da SR/PF/AM;

3.5. O direito dos custodiados ao recebimento de alimentação, conforme Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui as normas para a execução penal, arts. 12, 40 e 41, Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Ministério da Justiça, que fixou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, arts. 3º, 13 e 61, inciso III, bem como a Constituição Federal, Art. 5º, incisos III, XLVII, alínea "e", e XLIX;

3.6. O quantitativo estimado de refeições para este certame tem como base: contratações anteriores, a capacidade de custódia da Superintendência e a perspectiva de consumo para 2022.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Definição apresentada na Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:
- 5.2. "Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."
- 5.3. No caso concreto, considerando que os serviços continuados de preparação e fornecimento, sob demanda, de refeições prontas de café da manhã, almoço e jantar, com entrega diária na sede da Polícia Federal no Amazonas para a alimentação dos custodiados da Superintendência Regional de Polícia Federal visa dar apoio às atividades da instituição, sua ausência geraria queda na qualidade da atividade-fim deste Órgão e consequente menor qualidade nos serviços prestados à sociedade, parâmetro este difícil de mensurar.
- 5.4. Por se tratar de serviço de caráter continuado, o contrato deverá ter inicialmente vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 meses, conforme Art. 57, inciso II da Lei 8.666/1993.
- 5.5. Para a presente contratação não há necessidade de locação de mão de obra exclusiva para a contratação.
- 5.5.1. Dada a natureza dos serviços, a contratação inicial será pelo período de 12 (doze) meses de vigência, podendo ser prorrogado à critério da Administração até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 5.5.2. Como se trata serviços de FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DE CUSTODIADOS, envolvendo atividades internas de menor complexidade, a mão-de-obra contratada deverá seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão.
- 5.5.3. A duração inicial da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogáveis.
- 5.6. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.
- 5.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 6.2. A empresa contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- I - usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - II - adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n. 48.138 de 08 de Outubro de 2003;
 - III - observar a Resolução CONAMA n. 20 de 07 de Dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - IV - fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
 - V - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água, e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - VI - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
 - VII - respeitar as Normas brasileiras - NBR publicadas pela Associação brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 6.2.1. Os prestadores de serviços observarão as políticas de armazenagem e manuseio praticadas pelo órgãos;
- 6.2.2. Não serão aplicados materiais na prestação dos serviços que importem necessidade de estabelecimento de diretrizes de descarte ou reaproveitamento de recursos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser disponibilizado arquivos em nuvem ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.5. A não realização da vistoria, sendo esta facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Para a prestação do serviço em tela a Contratada deverá disponibilizar as seguintes características e exigências conforme a seguir:
- 8.2. As refeições deverão ser preparadas, acondicionadas em embalagem de isopor com tampa, tipo marmita, e entregues prontas, compreendendo café da manhã, almoço e jantar, podendo ser solicitadas diariamente, em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, em quantidade previamente determinada, em kits denominados "CAFÉ DA MANHÃ", "ALMOÇO" e "JANTAR", descritos neste Termo de Referência;
- 8.3. Não serão aceitas refeições que não atendam fielmente às especificações descritas neste instrumento, exceto com características superiores;
- 8.4. Deverão ser respeitadas todas as normas de vigilância sanitária (ANVISA) vigentes, tanto na fabricação quanto no transporte das refeições;
- 8.5. Os serviços de fornecimento de refeições serão solicitados conforme demanda e executados conforme discriminado abaixo:
- 8.5.1. A quantidade demandada de refeições diárias será comunicada através do serviço de plantão policial do dia conforme a quantidade de custodiados presente a cada dia.
- 8.5.2. Todos os dias do ano, inclusive sábados, domingo e feriados, poderão ser demandadas refeições prontas para entrega na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas.

- 8.5.3. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da SR/PF/AM, com prazo não superior a 02 (duas) horas de sua solicitação;
- 8.5.4. As refeições deverão ser entregues na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, situada na Av. Domingos Jorge Velho, nº40 - D. Pedro II, Bairro Planalto, CEP 69.042-470, Manaus/AM conforme os horários a seguir:
- a) **Café da Manhã** – das 07h às 09h;
 - b) **Almoço** – das 11h às 13h;
 - c) **Jantar** – das 17h às 19h.
- 8.6. As refeições deverão conter no mínimo:
- 8.6.1. **Café da Manhã** – Unidades individuais contendo: dois copos descartáveis de 150 ml; 01 (um) pão francês ou “carioquinha” com peso médio de 50g (assado no dia), 50g de manteiga ou margarina; 180ml (cento e oitenta) de café adoçado (servido quente); 180ml (cento e oitenta) de leite integral (servido quente) e 01 (uma) fatia de queijo mussarela;
- 8.6.2. **Almoço** – Unidades individuais de alimentos, acondicionados em embalagens de isopor com tampa descartáveis, tipo marmita, contendo: 200g de arroz branco cozido; 150g de feijão comum ou feijão preto cozido; 150g de carne sem osso e sem espinha (boi, porco, frango, peixe) cozida, assada ou grelhada devidamente temperada, 100g de guarnição (macarrão, farofa, batata frita ou cozida, legumes); salada (alface, agrião, couve, escarola, tomate, etc); PESO TOTAL: 600g acompanhada de 180 ml de suco ou refrigerante; um garfo, uma faca e um copo em material plástico descartável.
- 8.6.3. **Jantar** – Unidades individuais de alimentos, acondicionados em embalagens de isopor com tampa descartáveis, tipo marmita, contendo: 200g de arroz branco cozido; 150g de feijão comum ou feijão preto cozido; 150g de carne sem osso e sem espinha (boi, porco, frango, peixe) cozida, assada ou grelhada devidamente temperada, 100g de guarnição (macarrão, farofa, batata frita ou cozida, legumes); salada (alface, agrião, couve, escarola, tomate, etc); PESO TOTAL: 600g acompanhada de 180 ml de suco ou refrigerante; um garfo, uma faca e um copo em material plástico descartável.
- 8.7. Os componentes dos kits CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO e JANTAR devem ter sabores compatíveis com a dignidade humana; serem preparados e acondicionados com a higiene adequada; ser balanceados de acordo com os padrões nutricionais usualmente recomendados, devendo haver uma variação mínima em relação às verduras e carnes, a critério da Contratada, podendo ser substituídas a pedido da Contratante.
- 8.8. As refeições deverão ser preparadas dentro das condições higiênico-sanitárias dos serviços de alimentação, de acordo com a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por profissionais, utilizando técnicas dietéticas específicas para o preparo dos alimentos e seguindo cardápio elaborado por nutricionista do quadro de pessoal permanente da empresa ou com contrato de prestação de serviço, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição (CRN), em regime de trabalho para desenvolver as atividades relacionadas com a produção das refeições, conforme Art 3º, Inciso II da Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991.
- 8.9. As refeições deverão ser preparadas dentro dos requisitos de boas práticas e dos controles operacionais essenciais a serem seguidos por estabelecimentos que produzem alimentos em condições higiênico-sanitárias adequadas para o consumo, em conformidade com a norma técnica ABNT NBR 15.635/2015.
- 8.10. **Por motivos de segurança, as preparações cárneas devem ser servidas de acordo com as seguintes precauções: frango sem osso, peixe sem espinhas, carnes bovinas ou suínas sem osso.**
- 8.11. **Todas as embalagens e utensílios que forem utilizados no fornecimento das refeições deverão ser de material plástico, atóxico e descartável – em nenhuma hipótese serão aceitos acondicionamento da refeição ou da sobremesa, quando for o caso, em recipientes que possam ser transformados em objetos cortantes ou pontiagudos.**
- 8.12. Quando solicitado, a Contratada fornecerá dietas especiais para os custodiados que apresentem patologias relacionadas a restrições alimentares como alergias, hipertensão, diabetes, nefropatias, hepatopatias, entre outras, desde que mantidos os critérios inicialmente contratados de padrão do cardápio.
- 8.13. As refeições devem ser balanceadas de acordo com os padrões nutricionais usualmente recomendados, devendo haver uma variação mínima em relação às verduras e carnes, a critério da Contratada, podendo ser substituídas a pedido da Contratante.
- 8.14. O almoço e jantar deverão ser servidos utilizando-se embalagens marmiteix de isopor, descartáveis, e no formato redondo.
- 8.15. As refeições devem ser entregues em caixas térmicas ou isotérmicas que conservem a temperatura e os líquidos quentes em garrafas térmicas que conservem a temperatura.
- 8.16. As refeições serão recebidas pelo (a) responsável pela custódia dos presos ou plantonistas de dia, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento.
- 8.17. As refeições poderão ser rejeitadas, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízos da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.18. A quantidade de refeições a ser entregue poderá sofrer alteração diária, ou até mais de uma vez ao dia, dependendo da quantidade de custodiados recolhidos.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 9.1. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexado ao Edital), estabelecido na Instrução Normativa nº 05/2017 - SLTI/MPOG, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.
- 9.2. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.
- 9.3. Os indicadores de medição dos resultados serão avaliados como forma de avaliação da qualidade da prestação do serviço contratado objeto deste Termo de Referência.
- 9.4. **O fiscal do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades previstas e fará o atesto na Nota Fiscal de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado.**

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.2. O serviço a ser contratado compreende as 03 (três) refeições distintas (café da manhã, almoço e jantar), sendo estas solicitadas conforme a quantidade de indivíduos custodiados na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas;
- 10.2.1. A empresa contratada deverá dispor de logística de entrega das refeições na Sede da Superintendência, desde que observado o horário mínimo de pedido de 02 (duas) horas de antecedência.
- 10.2.2. A quantidade demandada poderá sofrer variação diária, podendo não ser demandada nenhuma refeição caso não haja custodiado na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas.
- 10.3. A logística de entrega deve ser considerada no dimensionamento da proposta;
- 10.4. Os cardápios estão descritos neste Termo de Referência, e somente poderão variar mediante expressa autorização do demandante.
- 10.5. As refeições poderão ser solicitadas em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;

10.6. Todos os custos com a preparação dos alimentos (líquidos e sólidos), todos os custos com os utensílios (marmitas, copos, talheres, garrafas térmicas) e todos os custos com a entrega diária três vezes ao dia conforme este Termo de Referência deverão compor o custo total para fins de elaboração da proposta pelo licitante.

10.7. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

10.8. O faturamento será mensal, com emissão de Nota fiscal acompanhada dos comprovante de requisição ou de canhoto da comanda apresentada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário, nos termos do art. 5º, inciso II, da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8.1. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste processo.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. **O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.**

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado, previsto como Anexo deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos Indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.7.1. o prazo de validade;
- 18.7.2. a data da emissão;
- 18.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.7.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.7.5. o valor a pagar; e
- 18.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.9. **Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 18.9.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.9.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.9.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.15. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.16.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.19. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.19.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.19.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.19.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.20. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.2. serviço de pequeno valor/vulto;
- 20.3. entrega imediata, sem maiores critérios de conferência posterior.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 21.2.2. **Multa de:**
- 21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - 21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 21.2.4.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.
- 21.4. 22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. 22.4. A contumácia, verificada na execução do contrato, em não pagar e/ou atrasar o pagamento de salários dos funcionários, vale transporte, vale alimentação ou demais benefícios previstos em CCT, bem como débitos relativos à Previdência Social ou ao FGTS dos empregados alocados, pode ensejar, além da multa prevista no subitem 19.2.2.4. (Tabelas 1 e 2), outras sanções mais gravosas previstas neste instrumento, inclusive a rescisão unilateral, nos termos dos subitens 13.3, 13.4 e 13.32 deste Termo de Referência.
- 21.6. 22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
12	Pagar em dia de salários, vale transporte, vale alimentação ou demais benefícios previstos em CCT, por mês de ocorrência	02
13	Pagar salários, vale transporte, vale alimentação ou demais benefícios previstos em CCT, por mês de ocorrência	05
14	Pagar em dia ou deixar de pagar os débitos relativos à Previdência Social, por mês de ocorrência	05
15	Pagar em dia ou deixar de pagar os débitos relativos ao FGTS, por mês de ocorrência	05

21.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são as discriminadas no edital.

22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário, conforme resultado de lances e apresentação de propostas pelo Pregão Eletrônico via SRP, nos termos destacados no item 10 deste Termo de Referência e no Edital.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado máximo da contratação é o previsto na tabela no item 1.1 deste instrumento.

23.2. O acima referido custo estimado foi obtido a partir de pesquisa consolidada no Mapa de Preços, constante deste processo administrativo licitatório.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 0001;

Fonte de Recursos: Tesouro - 0100000000;
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa: 339039 - 3941 Fornecimento de Alimentação;
Plano Interno: PF99900AG21.

25. **ANEXOS**
- 25.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguintes anexos:
- 25.1.1. Estudos Técnicos Preliminares

Manaus, XX de Fevereiro 2022.

ÉZIO MARTINS DE ALENCAR
Agente de Polícia Federal
Matrícula. DPF 17.252

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Cuidam os Estudos Preliminares da contratação de empresa prestadora de serviço para o fornecimento (preparação e entrega) de refeições (desjejum, almoço, jantar e ceia), aos custodiados recolhidos na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, situada na Avenida Domingos Jorge Velho, 40 - D. Pedro II - Bairro Planalto - CEP: 69.042-470, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

I - OBJETIVO DA ATIVIDADE DE CUSTEIO:

Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA CUSTODIADOS SOB A RESPONSABILIDADE SR-AM, SOB DEMANDA, COM LOGÍSTICA DE ENTREGA, COMPOSTA POR: CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR INDIVIDUAIS em regime de execução indireta, visando às necessidades do NO/DREX da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas.

Verifica-se que a atividade de Serviços de Fornecimento de Alimentação pode ser considerada como Atividade de Custeio, conforme o planejamento das despesas da Unidade e do Órgão.

Verifica-se ainda que não há impeditivos para a contratação que se pretende realizar.

Verifica-se que é possível a contratação dos referidos serviços classificados como sendo de Execução Indireta e plenamente adequado às diretrizes da IN 05/2017.

Verifica-se que a descrição dos serviços é plenamente clara e objetiva, não havendo no modelo apresentado indevidas restrições de competição.

II - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A motivação para a contratação do serviço decorre do direito à alimentação que assiste a todo indivíduo custodiado pelo Estado para instrução processual per cumprimento de pena, conforme Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui as normas para a Execução Penal, artigos 12, 40 e 41, Resolução nº 14, de novembro de 1994, do Ministério da Justiça, que fixou as regras mínimas para tratamento do preso no Brasil, artigos 3, 13 e 61, inciso III, bem como a Constituição Federal, art. 5º, incisos III, XLVII, alínea "e", e XLIX.

Em referência às quantidades estimadas, tem-se a manutenção das unidades atualmente contratadas, tendo em vista que não há previsão de significativos acréscimos. Desse modo, estima-se um a quantidade de refeições, ficando os seguintes quantitativos: 300 (trezentos) DESJEJUNS (café da manhã); 300 (trezentos) ALMOÇOS COMERCIAIS e 300 (trezentos) JANTARES COMERCIAIS.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que a quantidade de indivíduos custodiados na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, com sede na cidade de Manaus é bastante mutável, o fornecimento de refeições será de acordo com a demanda do dia. Desse modo, cabe à CONTRATANTE, antecipadamente em até duas horas antes do horário de entrega das refeições, informar ao CONTRATADO a quantidade de refeições para o dia.

Cabe à CONTRATADA a elaboração dos cardápios e preparo dos pratos sob a supervisão de um responsável técnico habilitado. Sendo que a formulação de tais cardápios deverá atender especificamente à demanda energética e a saúde nutricional dos custodiados. Do mesmo modo que, eventualmente, a depender de determinação médica, uma ou mais refeições deverão ser compostas de acordo com prescrição médica, sem que tal alteração represente majoração dos custos a serem cobrados da CONTRATANTE.

O fornecimento de refeições será diário, ou seja, em dias úteis ou não úteis, devendo as refeições estarem acomodadas em embalagens descartáveis de isopor ou marmitta, com tampa de isopor.

Só serão aceitas embalagens térmicas de isopor ou outro material aceito pela Vigilância Sanitária, exceto de metal, para que possa ser passada por detector de metais sem prejuízo do uso de aparelhos de segurança.

Os talheres deverão ser de material plástico atóxico, descartável.

Os copos para fornecimento de café, leite e refresco deverão ser de material plástico atóxico e descartável.

A salada deverá ser fornecida em embalagem separada, e em material plástico descartável.

DAS REFEIÇÕES

Serão fornecidas 03 (três) refeições diárias para cada custodiado e de acordo com a demanda do dia.

As refeições deverão ser entregues na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, em Manaus, sem ônus adicionais, independente da forma de transporte.

A entrega das refeições deverá ocorrer diariamente, nos seguintes horários: DESJEJUM (Cafê da manhã) das 07h até as 08h; ALMOÇO COMERCIAL, das 11h 11h30min; JANTAR COMERCIAL das 17h30min até às 18horas.

Exceto nos casos de prescrição médica, todas as refeições deverão possuir conteúdo idêntico, não sendo admitida nenhuma forma de diferenciação.

Eventualmente, a depender da chegada ou saída de custodiados, as quantidades de refeições informadas poderão ser alteradas, com a ressalva de que a CONTRATADA obriga a cumprir tais alterações se for comunicada até 02h (duas) horas antes da entrega.

As refeições deverão ser preparadas, OBRIGATORIAMENTE, no mesmo dia do fornecimento e sempre no máximo em até 02 (duas) horas antes da entrega. Do modo que deverão ser acondicionadas em embalagens nunca em tempo superior a 01 (uma) hora da sua entrega.

A CONTRATADA é a única responsável pela boa qualidade das refeições. Ficando sob sua inteira responsabilidade todo e qualquer dano à saúde dos consumidores, quando comprovado por perícia técnica, habilitada, que a refeição fornecida estava imprópria para consumo. Desse modo, a CONTRATADA e PROPRIETÁRIOS responderão perante à Administração e à justiça de acordo com a Lei pertinente, pelos danos causados.

DO CARDÁPIO

Os componentes das refeições DESJEJUM, ALMOÇO, JANTAR devem possuir sabores compatíveis com a dignidade humana, preparados e acondicionados com higiene adequada, balanceada de acordo com os padrões nutricionais usualmente recomendados, devendo haver uma variação mínima em relação às verduras e carnes.

O Cardápio diário de acordo com a refeição deverá conter: DESJEJUM (café da manhã) 180 ml de café e 100ml de leite, 01 pão francês de 50gr com margarina E; 01 de queijo mussarela. ALMOÇO COMERCIAL, 250g de arroz; 160g de feijão comum ou feijão preto; 95g de carne (boi, porco, frango, peixe); 95g de guarnição (macarrão, farofa, batata frita ou cozida, legumes); salada (alface, agrião, couve, almeirão, escarola, tomate, etc); PESO TOTAL: 600gr. JANTAR COMERCIAL, 160gr de feijão comum ou feijão preto; 95gr de carne (boi, porco, frango, peixe); 95gr de guarnição (macarrão, farofa, batata frita ou cozida, legumes); salada (alface, agrião, couve, almeirão, escarola, tomate, etc); PESO TOTAL: 600gr.

A carne, em nenhuma hipótese, poderá conter osso, e no caso de peixe, espinha.

A carne servida no almoço não poderá ser a mesma servida no jantar.

A Contratação pretendida enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

IV - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os materiais e embalagens empregados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15441:2004.

Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

As refeições fornecidas deverão ser acondicionadas em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, e de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A comprovação para esta exigência poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio que ateste que há o atendimento de tais exigências.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

A contratação será realizada através de Pregão Eletrônico na forma tradicional, sendo as pesquisas de mercado feitas diretamente nas fontes ou em sites oficiais, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

Dentre as fontes consultadas no levantamento de mercado, o tipo de contratação aqui apresentada sob a perspectiva de um quantitativo de CAFÉS, ALMOÇOS e JANTARES individualmente foi a que melhor se mostrou oportuna para as finalidades da administração tendo em vista a possibilidade de pedidos individuais específicos a cada custodiado. Outras formas também foram estudadas, como a contratação de quantidades fixas, o que não se mostra vantajoso para a administração. Outra possibilidade seria a compra ser feita diretamente pela administração, o que se mostra inviável do ponto de vista da legalidade. Por este exposto e para auxiliar a pesquisa de preços pela uniformidade do mercado, por ora, somos pela contratação de refeições individuais sob estimativa de consumo separadas em café, almoço e jantar.

Para a contratação dos serviços objeto deste estudo, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de serviços semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Diversas empresas podem prestar os serviços em questão, por se tratarem de serviços comuns, disponíveis no mercado, de maneira que foi realizada consulta a estas.

Por todo o exposto, verifica-se que a solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de fornecimento de alimentação individual com logística de entrega, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo (sessenta) meses haja vista tratar-se a necessidade constante do NO/DREX da SR/PF/AM.

Logo, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviço terceirizado(s), dado que as atividades que se pretende contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

VI - ESTIMATIVA DE PREÇOS, OU PREÇOS REFERENCIAIS E QUANTITATIVOS:

A pesquisa de preços realizada neste estudo técnico preliminar utilizou os parâmetros dos incisos I, II e IV do Art. 2º da IN 73/2020 - SEGES/MPOG.

Deste modo, foi utilizado o sistema Painel de Preços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, com Outros Entes da Administração Pública Federal, pesquisa direta com fornecedores, para realizar o levantamento dos valores referentes aos serviços de Fornecimento de Alimentação. Em todos os casos, buscou-se examinar licitações que tivessem a mesma unidade de fornecimento (unidade de medida) deste procedimento. Afinal, apenas assim poderia ser feita a devida comparação de objetos e valores.

A metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação foi a da Média com desvio Padrão dos valores obtidos na pesquisa de preços, incidindo o critério de incidência sobre o conjunto de três preços.

Portanto, o exame e análise dos dados, bem como o resultado dos valores referenciais obtidos podem ser dispostos do seguinte modo:

M	DESCRIÇÃO USUAL	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO (CATSER)	CÓDIGO CATSER	CLAS. DESPESA	MEDIDA	QUANT.
1	CAFÉ	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	3697	339039	Unidade	300
2	ALMOÇO	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	3697	339039	Unidade	300
3	JANTAR	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	3697	339039	Unidade	300

			Preços coletados em Outubro/2021				
			Preços praticado atualmente para a administração / Preço formado pela administração				
	ITEM	Quant.	SR-PF-AM UASG: 200382 - EMPRESA: ROSÂNGELA CRISTINA M QUEIROZ - CNPJ: 18.648.979/0001-74 - DISPENSA 12/2021 - PROC.: 08240.003736/2021-51	-	-	-	-
Cafê	1	300	5,00				
Almoço	2	300	14,99				
Jantar	3	300	14,99				
Anual (R\$)			10.494,00				

			Preços coletados em Outubro/2021				
			ART. 5o. INC. I DA IN SEGES/ME N. 65-2021 - PAINEL DE PREÇOS (PRIORIZAÇÃO)				
	ITEM	Quant.	SR/PF/RN - UASG: 200394 - Dispensa: 13/2021 - PANIFICADORA SÃO MIGUEL LTDA - CNPJ: 09.374.422/0003-63	DPF/FIG/PR - UASG: 200366 - PREGÃO 12/2020 - ANA LOEWCKE LOYOLLA - CNPJ: 19.673.047/0001-44	SR/PF/CE - UASG:200392 - PREGÃO 07/2021 - WLADYA ARAUJO GOURMET EIRELI - CNPJ: 12.750.350/0001-54	SR/PF/AC - UASG: 200380 - DISPENSA 06/2021 - JULIANE SILVA DE SOUZA - CNPJ:30.347.692/0001-00	
Cafê	1	300	24,00	4,45	7,72	16,00	
Almoço	2	300	27,00	13,70	17,90	25,00	
Jantar	3	300	22,30	13,70	17,90	25,00	
Anual (R\$)			21.990,00	9.555,00	13.056,00	19.800,00	

Preços coletados em Outubro/2021							
			ART. 5o. INC. IV DA IN SEGES/ME N. 65-2021 - FORNECEDORES				
	ITEM	Quant.	GH REFEIÇÕES - CNPJ: 02.182.167/0001-46 - e-mail: gustavobento@uol.com.br	-	-	-	-
Cafê	1	300	5,00	-	-	-	-
Almoço	2	300	16,00	-	-	-	-
Jantar	3	300	16,00	-	-	-	-
Anual (R\$)			11.100,00	-	-	-	-

Metodologia de Cálculo								
	MÉDIA SIMPLES	DESVIO PADRÃO	LIMITE SUPERIOR	LIMITE INFERIOR	MÉDIA FINAL	(%) variação Transporte Entrega)	Unitário Final	Valor Anual (R\$)
Cafê	10,36	0,52	10,88	9,84	10,88	30%	14,14	4.243,10
Almoço	19,10	0,95	20,05	18,14	20,05	30%	26,07	7.820,77
Jantar	18,32	0,92	19,23	17,40	19,23	30%	25,00	7.499,99

Anual (R\$)								19.563,86
VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:								
<p>Por se tratar de um serviço imprescindível, não podendo haver interrupções, uma vez que é uma obrigação do Estado fornecer refeições aos custodiados so responsabilidade, assim como determina a legislação. A contratação deve ocorrer com antecedência, ou seja, antes que expire o contrato vigente. Sendo que deve envidados todos os esforços para que nenhum item seja deserto ou fracassado.</p> <p>É importante salientar que todos os itens estão inter-relacionados. Desse modo, deverá haver agrupamento dos itens, evitando que mais de uma empresa seja vencedo certame, posto que, por se tratar de alimentos para humanos, apenas uma empresa sendo fornecedora de refeições, torna-se mais fácil apurar responsabilidades q necessário for.</p>								
VIII -JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DOS ITENS								
<p>Não será permitido o parcelamento da solução, devendo a licitação ser realizada por agrupamento dos itens. Garantindo a ampla participação de interessados e ao m tempo facilitando a fiscalização. Isso porque não se justifica, por exemplo, uma empresa fornecer o almoço e outra fornecer a janta.</p> <p>Torna-se tecnicamente inviável o fornecimento de alimentação por empresas distintas, haja visto que a segurança de fornecimento seria fragilizada com mais empresas fornecedora.</p>								
IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVETAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:								
<p>Como resultado essencial recai sob o atendimento do fornecimento satisfatório de alimentação em boas condições de higiene e conservação que atendam as necess básicas humanas dos custodiados público alvo da presente contratação.</p> <p>Definidos todos os quantitativos, especificados minuciosamente os objetos, todavia, evitando detalhes desnecessários que possam restringir a participação de em interessadas. Todos os esforços devem ser usados para aumento da competitividade e sucesso na contratação. Desse modo, serão atingidos os objetivos e os bene diretos e indiretos satisfatoriamente, principalmente no que diz respeito à economicidade, eficácia e eficiência.</p>								
X - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:								
<p>Considerando que se trata de uma contratação para serviços de natureza comum, e que é um serviço imprescindível, conforme a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 198 institui as normas para a execução penal, artigos 12, 40 e 41, Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Ministério da Justiça, que fixou as regras mínima: tratamento do preso no Brasil, artigos 3, 13 e 61, inciso III, bem como a Constituição Federal, art. 5º, incisos III, XLVII, alínea “e”, e XLIX. Desse mod cumprimento ao disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, emitida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informaç Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ainda, considerando a importância da Contratação que tem caráter continuado, há recursos financeiros dispo para cumprir com os objetivos, o presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante, Administrativo e Técnico da Equipe de Planejamento da Contra designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação.</p>								
XI - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:								
<p>No âmbito do Governo Federal vale citar a Instrução Normativa nº. 05/2017-SLTI/MPOG e a Portaria nº. 443/2018 - MPDG.</p> <p>Já, no campo da Polícia Federal, a contratação pretendida está alinhada ao seu Plano Estratégico 2010/2022, implementado através da Portaria nº. 4453/2014-DG/DI 16 de maio de 2014, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respe projetos e processos.</p>								
XII - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:								
<p>O Órgão já possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.</p> <p>Afinal, o ambiente físico já disponibiliza o local da custódia aonde serão fornecidos a alimentação aos custodiados, sem maiores comprometimentos, com tod cuidados de higiene e respeito às adequadas condições humanas aos custodiados sob a guarda da SR-PF-AM.</p> <p>De modo semelhante, já há nas instalações da prestação dos serviços espaço próprio e recursos necessários à entrega dos serviços que se busca contratar.</p> <p>Quanto à capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização, esta deve ser constante, face as comuns alterações legislativas entendimentos jurisprudenciais que ocorrem.</p> <p>Embora, para o início da contratação seja dispensável qualquer capacitação, o Setor de Logística deve manter-se atento, buscando proporcionar medidas capacitant fiscais e gestores, submetendo suas conclusões a Autoridade competente.</p>								
XIII - DA VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA REUNIDAS EM CONSÓRCIO								
<p>Conforme entendimento do TCU - Tribunal de Contas da União, encontra-se a aceitação de consórcios na disputa licitatória no âmbito do poder discricionári Administração Contratante, conforme inteligência dos Acórdãos 1.636/2006-P, 566/2006-P 2.86/2012-P. Justifica-se portanto, a não previsão de participação de enti reunidas em consórcios, haja vista que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de g vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como a presente contratação é em sua totalidade composta pelo mercado de empresas prestadoras de serviço FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO não reunidas em consórcio, por ausência de necessidade para este tipo de prestação, tem-se por descabida ou por inoportu insuficiente razoável a abertura do processo para a participação de entes reunidos em consórcio, até mesmo pelo fato de que os serviços que se pretende contrat comportam tais necessidades consorciais.</p>								
XIV - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES								
<p>Os serviços que se pretende contratar são autônomos e prescindem contratações correlatas ou interdependentes.</p>								
XV - DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO								

A contratação em tela encontra-se alinhada aos objetivos da Administração tendo em vista que possui previsão no Planejamento Estratégico do órgão, onde a logística encontra-se incumbida de prover o órgão de condições de suporte necessário para a consecução das atividades finalísticas do órgão.

XVI - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PRESENTE ESTUDO PRELIMINAR

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente Estudo Preliminar deverão ser disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

XVII - CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Tendo em vista tratar-se de contratação em que o atual contratado apresenta indícios de que não estará interessado na continuidade do fornecimento dos serviços, a necessidade precípua da administração na continuidade dos serviços, sem prejuízo da manutenção do fornecimento de alimentação aos custodiados sob responsabilidade da SR/PF/AM.

XVIII - NATUREZA CONTINUADA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação dos serviços referidos neste Estudo Preliminar visam atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas de CONTÍNUA, entendendo-se como aquela contratação que se prolonga após o final do exercício financeiro em vigor com vista a celebração inicial de um período (doze) meses, podendo ser prorrogado à critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que previamente avisado à parte e mantidas as condições vantajosas da contratação.

XIX- DURAÇÃO DO CONTRATO

A duração da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado à critério da Administração.

APF Ézio Martins de Alencar
Mat. 17.252

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

AUTORIZO o prosseguimento do processo licitatório protocolado sob o número 08240.009546/2021-48, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da SR/PF/AM, bem como **APROVO** este Termo de Referência em razão de julgá-lo oportuno e conveniente. **Determino** que a contratação pretendida ocorra mediante o uso de Pregão Eletrônico Comum, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 10.024/2019, e pela justificativas expostas no item 2 do Termo de Referência.

Manaus, XX de Fevereiro de 2022.

LEANDRO ALMADA DA COSTA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Amazonas
(Assinado Eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO ALMADA DA COSTA**, Superintendente Regional, em 10/02/2022, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NORBERTO MAMEDE LOPES SAMPAIO JUNIOR**, Chefe de Núcleo - Substituto(a), em 11/02/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21958587** e o código CRC **989435A0**.